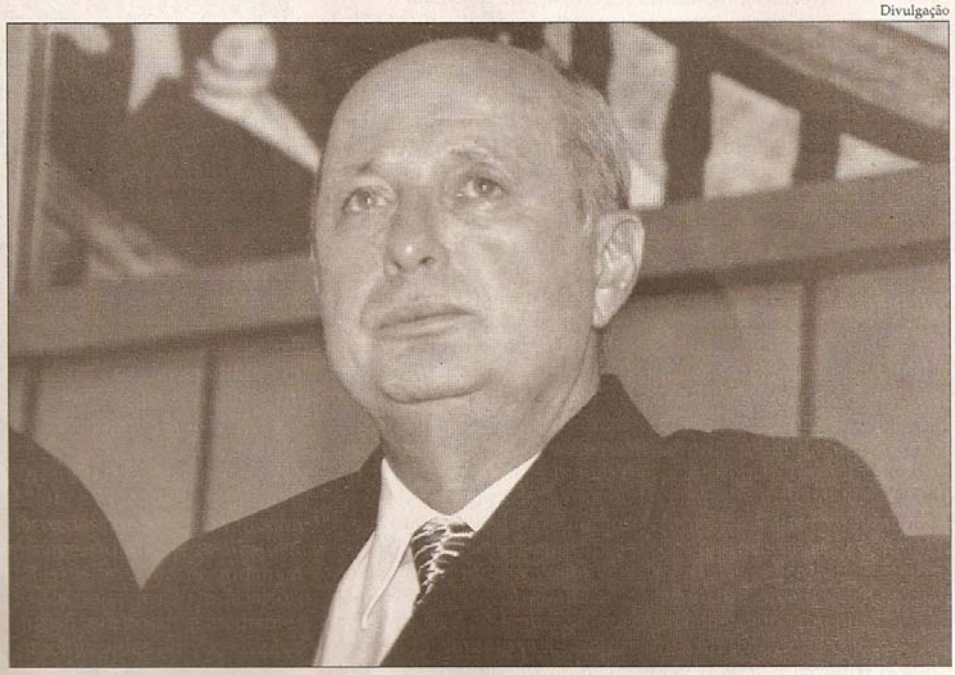
Orçamento 2010 não fica pronto e ALE adia votação desta terça

Críticas de desembargadores e pressão de deputados isolam o governo

Thácia Simone
Repórter

Divulgação



Fernando Toledo teve que cancelar convocação de sessão especial por não terrecebido nenhum documento

O orçamento que fixa as despesas dos poderes estaduais para este ano ainda não foi definido. A expectativa é que a equipe técnica do executivo devolva amanhã a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Assembleia Legislativa. A demora não tem agradado aos poderes. Na última semana, a presidente do Tribunal de Justiça, Elisabeth Carvalho, até ameaçou "fechar as portas" caso a situação não seja resolvida imediatamente.

A votação deveria acontecer hoje, mas foi adiada pelo presidente da ALE, Fernando Toledo (PSDB). A sessão de votação da LOA foi adiada para a próxima terça-feira, 12. Se até esta data o orçamento não chegar, o presidente divulgará um novo dia de votação. A transferência e da suspensão da sessão será publicada hoje no Diário Oficial do Estado. Enquanto o Orçamento não for votado nenhuma outra matéria pode entrar em pauta da Assembleia.

O deputado Fernando Toledo, já havia anunciado que o governador Teotônio Vilela Filho garantiu que a LOA chegaria a Casa de Tavares Bastos amanhã. O Orçamento foi devolvido ao Executivo após a decisão judicial do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, que determinou um aumento no repasse do Tribunal de Justiça de mais R$ 68 milhões. Com isso, o governador terá de conceder os 6% de reajuste e o duodécimo do Poder Judiciário saltaria dos R$ 195,2 milhões propostos pelo governo para R$ 263 milhões.

O deputado também informou: "Com o Orçamento chegando na quarta, só no dia seguinte ele será encaminhado às comissões temáticas da Assembleia, a fim de ser apreciado e receber os pareceres", destacou o presidente.

Além do Tribunal de Justiça, o outro poder a registrar incremento em seu duodécimo, conforme o projeto original do Orçamento, foi o Ministério Público, que deverá sair de R$ 78,2 milhões em 2009, para R$ 80,5 milhões em 2010.

End: Rua Anadia, 08, Centro, Maceió/AL 57020-630
E-mail: imprensa@almagis.com.br Fone/Fax: (82) 3221-4907

Clipping-Diário	Veículo	Data
	O Jornal	Segunda-feira, 05 de Janeiro de 2010

TJ radicaliza para "chamar atenção" do governo

Ascom/TJ

Reunião do pleno foi recheada de críticas de desembargadores contra a política orçamentária do governo

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Elisabeth Carvalho, comandou ontem à tarde a sessão que marca o retorno das atividades do Tribunal de Justiça. Ela reiterou as dificuldades a respeito do orçamento do Tribunal que continua indefinido. Ela teme que o dinheiro em caixa seja insuficiente para manter o bom funcionamento do TJ até que a LOA seja votada na Assembleia.

A presidente do TJ pediu a união de esforços para tornar o atendimento ao público mais eficiente. "Apesar das dificuldades, espero que este ano que se inicia seja de êxitos nos esforços de todos nós para que o atendimento ao público seja mais eficiente". A desembargadora Elisabeth Carvalho e o procurador-geral de Justiça, Eduardo Tavares – que também participou da sessão – afirmaram em seus pronunciamentos que as dificuldades financeiras "obstruem a execução de medidas do interesse da comunidade".

Os discursos anteriores de Elisabeth Carvalho não foram suaves. Ela ameaçou fechar o Tribunal de Justiça e entregar as chaves ao governador Teotônio Vilela Filho. Ela também ameaçou enviar um ofício ao ministro do Supremo, Marco Aurélio, para informar sobre o atraso no cumprimento da liminar. Ela se referia a decisão do ministro que determinou o incremento de R$ 68 milhões no duodécimo do Judiciário.

Os desembargadores Orlando Manso, José Carlos Malta Marques e Otávio Praxedes também falaram sobre a necessidade de se alcançar mais desenvoltura no andamento dos trabalhos do Judiciário, o que só será possível mediante a superação das limitações orçamentárias.

Durante a sessão a presidente do TJ afirmou que vai se reunir com a equipe econômica do órgão para saber se há recursos para manter o funcionamento do TJ enquanto o orçamento é discutido e aprovado. "Vou me reunir e saber se há recursos pelo menos para pagar o pessoal. Caso contrário, como vou mandar eles trabalhar?", Questionou a desembargadora.

Ainda durante a sessão do Pleno, Elisabeth disse que o governador manteve contato para tratar do impasse do Orçamento 2010. Eles agendaram uma reunião para o final da tarde, que terminou sendo desmarcada pelo próprio Téo Vilela. O cancelamento irritou integrantes do Judiciário - que foram informados que o tucano esteve reunido com os secretários Sérgio Moreira e Álvaro Machado para debater o documento.

O Pleno do TJ volta a se reunir hoje em sessão ordinária.

End: Rua Anadia, 08, Centro, Maceió/AL 57020-630
E-mail: imprensa@almagis.com.br Fone/Fax: (82) 3221-4907

Clipping-Diário	Veículo	Data
	O Jornal	Segunda-feira, 05 de Janeiro de 2010

Contexto

politica@ojornal-al.com.br

EM ALTA

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Tavares, ganhou pontos com movimentos feministas ao emitir parecer pela manutenção da prisão do juiz José Carlos Remígio. A sugestão foi seguida pela desembargadora Elisabeth Carvalho. O magistrado foi preso em flagrante agredindo a namorada no dia de Natal e terminou passando a noite de reveillon recolhido no quartel do Corpo de Bombeiros.

SEM PENA

Dentro do Tribunal de Justiça a linha é não aliviar para o governo estadual se o assunto for Orçamento 2010. Desembargadores fizeram contas e avaliam que existe caixa para que os tucanos autorizem o reajuste no duodécimo do TJ. A porta-voz do grupo é a própria presidente Elisabeth Carvalho.

Página A3

Clipping-Diário	Veículo	Data
	O Jornal	Segunda-feira, 05 de Janeiro de 2010

Habeas corpus de juiz pode sair ainda hoje

Thácia Simone
Repórter

O juiz José Carlos Remígio, da comarca de São Miguel dos Campos, continua preso no quartel do Corpo de Bombeiros, no Trapiche. Ele tenta mais uma vez ser posto em liberdade.

Após ter o pedido de arbitramento de fiança com liberdade provisória negado pelo Tribunal de Justiça, semana passada, ele aguarda para hoje a resposta do pedido de relaxamento de prisão, feito ao próprio TJ e o julgamento do habeas corpus, ao Superior Tribunal de Justiça.

O pedido está nas mãos do presidente do STJ, Cesar Asfor Rocha e deve ter o resultado divulgado hoje, pelo menos é o que espera a defesa do juiz, que argumenta que o magistrado não pode mais permanecer preso porque a motivação para a sua detenção se descaracterizou a partir do momento em que a namorada do juiz, Claudia Granjeiro, afirmou à Justiça que não sofria nenhuma ameaça por parte de José Carlos Remígio.

Após a retratação de Cláudia, a defesa entrou com o pedido de relaxamento da prisão do juiz ao TJ e explicou que, tanto Cláudia Granjeiro, quanto Carlos Remígio, assinaram um termo prometendo não acionar, mutuamente, qualquer tipo de ação penal.

"Este é um caso de ação pública condicionada. Para o Ministério Público levar adiante tem que ter a representação da vítima, que já se retratou", mas o advogado não descarta que o MP tenha outro entendimento, e que se baseie na Lei Maria da Penha. Ou seja, mesmo sem o desejo da vítima, o caso pode seguir adiante.

Página A4